

## Governo lança projeto em parceria com a OCDE para acirrar concorrência na aviação e portos

**Nesta semana, o governo arrecadou R\$ 3,3 bilhões no leilão de 22 aeroportos, com investimentos estimados em R\$ 6,1 bilhões ao longo de 30 anos**

Por Fabio Murakawa, Valor — Brasília

09/04/2021 16h28 Atualizado há um dia

---

O governo lançou na última quinta-feira um projeto para aprimorar a concorrência nos setores portuário e de aviação civil. Por meio dele, a situação nesses setores será avaliada por técnicos da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), com base em padrões estabelecidos pelo Guia para Avaliação da Concorrência (Competition Assessment Toolkit) da entidade.

Segundo o secretário especial de Relacionamento Externo da Casa Civil, Marcelo Barros Gomes, a convergência das normas e práticas do país para os padrões internacionais vai garantir a retirada de barreiras para a competição interna e a entrada no mercado brasileiro.

Nesta semana, o governo arrecadou R\$ 3,3 bilhões no leilão de 22 aeroportos, com investimentos estimados em R\$ 6,1 bilhões ao longo de 30 anos.

Segundo Gomes, as recomendações a serem propostas pelo estudo possibilitarão uma maior competitividade em futuros leilões. E também criarão um ambiente mais propício à concorrência ao melhorar o ambiente regulatório, beneficiando inclusive as novas operadoras.

“As mudanças dentro do mercado, para que a gente possa operar em um ambiente competitivo, levam a melhores serviços a preços mais módicos e com uma universalização melhor”, afirmou. “Isso

representará mais investimentos, mais segurança jurídica, mais previsibilidade e mais capacidade de implementar as infraestruturas.”

Nos Estados Unidos, por exemplo, o incremento na concorrência gerado pela abertura do mercado a outras operadora resultou no surgimento das companhias low-cost, com inovações como reservas online, pagamentos simplificados, que depois foram adotados pelas grandes empresas do setor, segundo a OCDE.

Na Argentina, por sua vez, a entrada de empresas privadas no setor portuário gerou um aumento de 50% na movimentação de cargas e de 275% da produtividade da mão de obra, também de acordo com dados da OCDE.

Além disso, a Casa Civil e o Ministério da Economia lançaram esta semana um estudo junto com a OCDE melhoria do ambiente regulatório do país medido pelo indicador Product Market Regulation (PMR). Esse indicador é usado pela OCDE para identificar a capacidade de competição dentro do mercado e também de desempenho econômico de infraestruturas reguladas.

“Já há um projeto no ministério da Infraestrutura para melhorar o PMR em setores como o rodoviário e o ferroviário. Estamos levando para os setores do saneamento básico e do gás”, disse o secretário.

“Estamos olhando as barreiras para maior competição, boa regulação, desregulamentação, tudo o que impede o bom funcionamento de mercados.”

De acordo com ele, essas iniciativas fazem parte de uma estratégia maior, de revisões regulatórias visando uma convergência do Brasil aos instrumentos da OCDE. O país já é convergente a 99 dos 245 instrumentos da entidade.

“Ao final de 2022, estaremos muito próximos de atingir esse total”, disse o secretário.

O ingresso como membro pleno da OCDE é um dos grandes objetivos da política externa do presidente Jair Bolsonaro. Há seis países postulantes: Argentina, Brasil, Bulgária, Croácia, Romênia e Peru.

O Brasil é o país não membro mais convergente com os instrumentos da organização.